

NOTAS SOBRE HISTÓRIA SOCIAL E IMPRENSA OPERÁRIA: O USO DO JORNAL ENQUANTO FONTE DE PESQUISA

LUCAS THIAGO RODARTE ALVARENGA*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer um breve comentário a respeito do uso da imprensa como fonte histórica, analisando diferentes formas de tratamento do jornal como fonte privilegiada para a recuperação de uma realidade sobre o passado e a maneira como o historiador deve manuseá-la a fim de conseguir entender o processo de organização de luta política e sociabilidade da classe operária no início da industrialização do Brasil. Além disso, o artigo pretende traçar um panorama sobre a evolução e importância dos estudos sobre a imprensa operária, bem como visualizar os novos rumos que a Universidade vem tratando os estudos sobre o tema abordado.

Palavras-chave: Imprensa operária, fontes históricas, grupos de afinidades.

Abstract: The article aims to comment briefly about the use of the press as a historical source, analyzing different forms of newspaper treatment as an important source for the search of a past-time reality and how the historian must handle it in order to understand the process of political-struggle organization and sociability of the working class in the early industrialization of Brazil. In addition, the article aims to overview the evolution and importance of studies on the working press, as well as to view new paths in which the University has been approaching studies on the topic.

Keywords: Workers press, historical sources, affinity groups.

1. O tratamento da imprensa enquanto fonte de pesquisa

O século XX foi marcado pela criação de alguns aparelhos midiáticos (rádio, cinema) e na massificação de outros (no caso desta análise, o jornal). Esse cenário contribuiu para a construção de novas realidades culturais, ajudou a legitimar e contrastar regimes governamentais, além de auxiliar vários grupos engajados, classes sociais excluídas

Artigo recebido em 31 de Julho de 2014 e aprovado para publicação em 24 de Outubro de 2014

* Mestrando pelo programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo (lucgenesis@yahoo.com.br)

e partidos políticos a ter uma voz e mostrar suas ideologias ao mundo¹. Os meios de comunicação são palcos, por excelência, da expressão de forças sociais que atuam na produção de hegemonia. Considera-se aqui o conceito de hegemonia criado pelo filósofo italiano Antônio Gramsci, quando o mesmo se refere ao conjunto de aparatos sistematizados - igrejas, escolas, sindicatos - por uma classe social hegemônica para a consolidação de uma ordem social e cultural, dentro de que também ele denomina, “sociedade civil”². A hegemonia tem a ver com entrecios de percepções, juízos de valor e princípios entre os sujeitos da ação política.³ Ainda segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano político-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois “*inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo*”⁴.

Gramsci também nos mostra que todos os grupos sociais que têm origem em funções estratégicas para a economia geram paralelamente um ou mais grupos de intelectuais, que ele denomina intelectuais orgânicos⁵. Segundo Carlos Nelson Coutinho, “*o intelectual orgânico surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social (...), cuja função é dar homogeneidade e consciência à essa classe, não apenas no campo econômico, mas no campo político e cultural*”⁶.

Os intelectuais preparam a hegemonia de classe sobre o conjunto de seus aliados. São, em suma, agentes de consolidação de uma vontade coletiva. Ainda segundo Carlos Nelson Coutinho, não serão poucos os locais onde Gramsci indica como esses intelectuais individuais (ou grupos de intelectuais agregados em revistas, jornais, etc.) exercem

¹COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007; MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: uma contribuição teórica de Gramsci. In: MORAES, Dênis (Org.). *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas Editora. 2010.

²COUTINHO, Carlos Nelson, *Op. cit.* pg. 68.

³*Ibid.*, *Op. cit.* pg. 69.

⁴GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b, vol. 4, pg. 65.

⁵COUTINHO, Carlos Nelson, *Op. cit.*

⁶COUTINHO, Carlos Nelson, *op. cit.* pg. 175.

frequentemente a função de intelectuais orgânicos⁷. Nesse cenário, a classe trabalhadora, em determinado tempo histórico, utilizou as mídias, sobretudo a imprensa, para publicar suas reflexões, suas propostas, seu discurso libertário, e assim produzir, em última instância, essa intelectualidade orgânica, da qual pauta Gramsci, ao definir a imprensa como um “partido” ou uma “fração de partido”⁸. Os trabalhadores brasileiros, por intermédio frequente de jornalistas advindos do mundo operário, ou próximo deste, tinham suas vozes muitas vezes representadas nestes jornais, que usualmente conhecemos como a imprensa operária. A imprensa, participa de uma função dupla na sociedade: além de perseverar a reprodução e a estrutura cultural assegurando a coesão e a manutenção do *status quo*, “também era frequentemente usada com o intuito de provocar a contra-hegemonia, usar do caráter público da mídia para contestar a ordem social”⁹.

Se os meios de comunicação são, por excelência, terrenos dessa divulgação dos bens simbólicos que permeiam a sociedade, as classes sociais excluídas em determinado tempo histórico poderiam usar as mídias, sobretudo a imprensa, para publicar suas teorias e seu discurso libertário. Gramsci dispara: “é preciso fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais, que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo”¹⁰. O discurso contido no impresso tinha o objetivo de conseguir melhores condições de vida para essas classes.

Pensando nesse aspecto, a autora Heloísa de Faria Cruz¹¹ expõe sua experiência em estudar o papel da imprensa para a formação das “experiências sociais” que constituem os atores participantes da criação de um meio de comunicação libertário. Ela cita:

“O contato com esses materiais e a identificação de sua crescente articulação com as experiências sociais que constituem a metrópole parecia propor que a expansão/redefinição da cultura impressa, concretizada principalmente pela difusão da imprensa periódica e, num âmbito menor, a imprensa operária, constituía-se

⁷ *Ibid.*, *op. cit.* pg. 175-76.

⁸ Gramsci se refere a partidos como “um grupo formado por uma elite de homens da cultura, que tem a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia, um grande número de partidos afins, ou, quando afirma que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista, etc. são também partidos, ou frações de partidos”. Para Gramsci a função da imprensa enquanto partido é eliminar as diferenças intelectuais entre os membros da classe buscando a conscientização total das massas. GRAMSCI APUD COUTINHO, Carlos Nelson, *Op. cit.*, pg. 176.

⁹ BARBERO, Jesús-Martin. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

¹⁰ GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2 (1921-1926).

¹¹ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana: 1890-1915*. São Paulo: EDUC, FAPESP. 2000.

como dimensão importante daquela experiência social (...) o povo e a cidade intrometem-se nas páginas da imprensa.”¹²

No entanto, mesmo com esse caráter representativo das experiências sociais que envolvem os meios de comunicação, o tratamento da imprensa como fonte de pesquisa nem sempre foi visto com bons olhos por parte dos historiadores. Dessa forma, durante muito tempo, a utilização da imprensa como fonte de estudo para pesquisas em História foi relegada pelo caráter subjetivo, muitas vezes manipulativo e coercivo, dos seus discursos. Isto se devia ao fato dos estudiosos serem levados a considerar apenas as paixões representadas por seus jornalistas e até mesmo por parte dos mantenedores dos meios de comunicação¹³.

Segundo a autora Maria do Carmo Aguiar¹⁴, esta mudança de paradigma só foi possível com uma busca por novos modelos de estudo para reconstrução do passado e sua relação com o presente. Configura-se, assim, uma mudança na perspectiva historiográfica, onde no princípio, tínhamos uma história voltada somente para o econômico, religioso e o político, onde na qual levava-se em consideração como fonte para pesquisa somente os documentos ditos oficiais. Então, segundo a autora, o historiador apresenta-se numa nova perspectiva, onde o mesmo “*irá em busca de novas fontes que propiciem não o estudo de um fato isolado um feito, mas sim agora um estudo de uma classe social suas ansiedades seus ideais*”¹⁵. Uma das maneiras, citadas pela autora, de estudar o comportamento de uma sociedade e suas nuances é indo em busca de periódicos de época onde estão representados todos os movimentos no entorno da luta por posições político-sociais dos leitores, jornalistas e públicos envolvidos. Dessa forma, o historiador jamais poderá ser imparcial uma vez que faz parte da sociedade a qual está estudando.

Ao discutir sobre as fontes históricas, sobretudo a imprensa, criticadas por positivistas e estruturalistas pela intencionalidade destes registros, faz-se necessário citar E. P. Thompson¹⁶ quando este explica que tanto as evidências intencionais quanto as não intencionais são objetos de estudos para a história. Ainda nos esclarece que a própria

¹² *Ibid. Op. cit.*, pg. 19.

¹³ Esta constatação está presente no trabalho de Marialva Barbosa e Morel Marcos quando estes analisam a imprensa como fonte de pesquisa. BARBOSA, Marialva; MOREL, Marcos. “História da Imprensa no Brasil: metodologia para o inventário 1808 – 2008”. *Jornal da Rede Alcar*, São Bernado do Campo, Ano 3, n.30, 2003.

¹⁴ AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana. *Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história. X Encontro Estadual de História*. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 26 a 30 de junho de 2010.

¹⁵ *Ibid, op. cit.* Pg. 05.

¹⁶ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

intencionalidade é objeto de investigação e a maioria das fontes escritas possui valor histórico, independente do motivo que levou o registro.

Thompson ainda ressalta sobre o método de pesquisa histórica, ensinando: “*a evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta.*”¹⁷ A seguir, ele aponta seis possibilidades diferentes para se interrogar os fatos históricos:

“(1) antes que qualquer outra interrogação possa ter início, suas credenciais como fatos históricos devem ser examinadas: como foram registrados? Com que finalidade? Podem ser confirmados por evidências adjacentes? Assim por diante. Este é um aspecto básico do ofício; (2) ao nível de sua própria aparência (se forem) fenômenos culturais ou sociais (apresentam-se) evidências portadoras de valor (...) (3) como evidências isentas de valor (...) (4) como elos numa série linear de ocorrências (visto que) na construção de uma exposição narrativa (...) (5) como elos numa série lateral de relações sociais/ideológicas/econômicas/políticas (...) (6)(...) mesmo fatos isolados podem ser interrogados em busca de evidências que sustentam a estrutura.”¹⁸

Neste processo de ampliação de nossa compreensão sobre as fontes, os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente a imprensa periódica, seja nas suas variedades históricas e de veículos, grandes jornais diários, jornais regionais e locais, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, especializadas ou militantes, gibis, jornais alternativos ou de humor, seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiário corrente, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, as críticas e ensaios, cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho e a charge, o classificado e o anúncio comercial – têm sido amplamente utilizadas na pesquisa acadêmica e no ensino de história.

Para as autoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto¹⁹, transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final. O estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade. Como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião

¹⁷ *Ibid. Op. cit.* p. 38.

¹⁸ *Ibid. Op. cit.* p. 38-39.

¹⁹ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa.

Para a autora Maitê Peixoto²⁰, ao encarar a imprensa operária enquanto fonte, o pesquisador está optando por utilizá-la como suporte para reflexões que ultrapassam os limites do jornal em si, desprezando, não raras vezes, discussões que dizem respeito à dinâmica interna de produção e circulação do periódico. Essa perspectiva pode ser compreendida (no que se refere à imprensa operária) num passado recente, visto que boa parte desse material ainda não estava disponível nos arquivos.

Tânia Regina de Luca também argumenta que os jornais não são, na maioria das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os tornam projetos coletivos e devem ser encarados como tal pelo historiador, pois agregam pessoas em torno de ideais, crenças e valores que se pretende discutir, a partir da palavra escrita. A autora ainda constrói uma abordagem metodológica para tratar a imprensa como um todo. Para ela é “*preciso identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos (...), inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses*”.²¹

Na esteira desta análise de Tânia Regina podemos observar a autora dissertando sobre um processo de estudo das fontes impressas, que cito neste texto. Trata-se de:

“a) Encontrar as fontes; b) localizar a publicação na história; c) assenhorar-se da forma de organização (periodicidade, impressão, papel, uso, iconografia); d) caracterizar o grupo responsável; e) identificar o público leitor; f) identificar as fontes de receita; g) analisar todo o material de acordo com o problema a ser pesquisado²²”.

Partindo desse pressuposto, os estudos dos jornais operários do início do século passado tornaram-se fontes preciosas para entender o processo de organização e sociabilidade da classe operária no início da industrialização do Brasil. Ainda citando o trabalho de Maitê Peixoto com o intuito de levantar a importância e outros apontamentos para a abordagem do jornal operário enquanto fonte de pesquisa:

²⁰ PEIXOTO, Maitê. A partilha da experiência visual vivenciada nas páginas do jornal *A Plebe*. *Revista Latino-Americana de História*. Vol.2, nº7. Setembro de 2013.

²¹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 2. ed. 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2000. Nesse aspecto também podemos retomar o trabalho de Marialva Barbosa e Morel Marcos quanto estes elencam uma metodologia muito interessante para a catalogação de periódicos. BARBOSA, Marialva; MOREL, Marcos. *Op. cit.*

²² *Ibid.*, *Op. cit.* Pg. 142.

“Se utilizada enquanto objeto, o pesquisador passa a voltar sua atenção para aquilo que nutre, gerencia, cria e movimenta o periódico, relegando questões exteriores a ele na análise. Certamente que estas são questões que fazem parte do ofício historiográfico e das escolhas necessárias para compor um estudo. Nossa perspectiva, entretanto, tenta agregar à análise essas duas possibilidades de estudo concernentes à imprensa operária no Brasil. É interessante refletirmos um pouco acerca das condições em que eram produzidos esses jornais, os sujeitos envolvidos nesse processo e a dinâmica estabelecida entre: militante, organismo sindical ou partidário e o próprio periódico”.²³

Por fim, não poderia deixar de citar Maria Nazareth Ferreira, em seu aclamado livro sobre a imprensa operária, no qual a autora ressalta que a história do operário industrial no Brasil está escrita nas páginas dessa imprensa, desde o final do século XIX até o primeiro quartel do século XX. E como tal, o historiador não pode deixar de lado o impresso enquanto fonte privilegiada para a pesquisa do cotidiano dessa classe trabalhadora. Para ela, em relação à imprensa, “*o seu valor como documento vivo deste período é incontestável porque é, acima de tudo, informativo e foi o resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico.*”²⁴

2. A imprensa enquanto intelectualidade orgânica da classe operária

Desde os anos de 1970, diversos estudiosos brasileiros constataram a escassez de estudos sobre os operários no Brasil na Primeira República. E mais, ressaltaram a importância desses sujeitos e de suas produções culturais – sobretudo a imprensa operária - para a compreensão da história política nas primeiras décadas do século passado. A partir de então, muitas pesquisas foram realizadas em diversas partes do país. Cláudio Batalha²⁵, em seu levantamento sobre os estudos da classe operária, cita:

“Como no caso de outros países os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil foram produzidos por militantes. Na década de 1960, os estudos acadêmicos abarcavam uma síntese sociológica que estabeleciam teorias explicativas do movimento. A partir da década de 1970 e 80 consolidaram-se as pesquisas acadêmicas em história operária. (...) O resultado de toda essa produção foi condicionado pelas conjunturas políticas nas quais as pesquisas foram projetadas e realizadas, pela existência ou não de acervos sobre história operária (que dão a base empírica necessária para a pesquisa) e pelas influências teórico-metodológicas dos pesquisadores.”

²³ PEIXOTO, *Op. cit.*, pg. 310.

²⁴ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Atica, 1988.

²⁵ BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. 145-158.

Segundo Ícaro Bittencourt,²⁶ é recorrente na historiografia sobre os anos iniciais da República brasileira a identificação do descontentamento e da frustração que o novo regime gerou nos indivíduos, após a manutenção das práticas políticas oligárquicas e a continuação de uma profunda exclusão socioeconômica da população. Esse sentimento também fez eco entre os operários, integrados numa sociedade que, no discurso e nas estruturas formais do Estado, proclamava a igualdade entre os cidadãos e a importância do trabalho para a promoção da riqueza nacional. Porém, na prática, excluía os trabalhadores das decisões políticas e relegava-os a um estado de miséria e opressão por parte dos patrões. Então, é importante traçar um panorama focado nesse momento importante da história brasileira, delineando os dispositivos midiáticos usados e nas ideologias produzidas pelos operários contra a opressão da classe dominante e do Estado.

Quando se fala em imprensa operária, imediatamente se imagina uma imprensa produzida por operários, considerando o ponto de vista do emissor; mas, do ponto de vista do receptor, é aquela imprensa que se dirige, prioritariamente, ao público operário. Do ponto de vista da mensagem (conteúdo), pode-se também considerar como imprensa operária aquela cuja temática básica são os problemas dessa classe social.

Para Maria Nazareth Ferreira,

"O veículo de comunicação da classe trabalhadora (...) não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas, etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização."²⁷

A história construída no decorrer da vida ativa desses organismos proletários pode ser vista em relação aos seus respectivos jornais enquanto um amálgama de elementos. O periódico ajuda a construir a agremiação, lhe confere abrangência social, identificação, permite dar forma ao seu conteúdo e, sobretudo, lhe garante o direito de expressão, é parte *orgânica* de uma intelectualidade, como pauta Gramsci, produzida pelo trabalhador em sua luta. Ele sistematiza tudo o que é caos na vivência política do militante, permite a discussão de conflitos num tempo diferenciado de maturação de ideias, que pode ser solitário ou coletivo. Simultaneamente, ele também se constrói em meio a esse intercâmbio de elementos, pois recebe da vivência prática tudo o que o compõe.

²⁶ BITTENCOURT, Ícaro. O operariado no Brasil da primeira república: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. *Revista Social e Humana*, Santa Maria, v. 20, n. 01, jan/jun 2007, 141-151.

²⁷ FERREIRA, *Op. cit.* pg. 6.

A imprensa trouxe a responsabilidade sobre a palavra escrita, o símbolo impresso; possibilitou o embate de ideias num suporte palpável. Ela fez com que a palavra escrita fosse habitualmente prova e testemunha. Também a partir desse conteúdo impresso se firmaram laços ou se travaram embates; o trabalhador militante passa a se reconhecer também no texto e na imagem, capaz de lhe suscitar uma experiência sensível relacionada ao seu compêndio de vivências no mundo do trabalho. O jornal possibilitou identificação, resistência, crítica; suscitou, sobretudo, opinião.

É importante salientar a relação entre os meios de comunicação e a classe operária, bem como a forma como os trabalhadores usaram a imprensa para divulgar suas ideologias, à medida que os meios de comunicação cristalizam a memória histórica do movimento operário. A imprensa operária foi também expressão de todo um grupo e não é possível estudá-la isolada do contexto histórico, social, econômico e cultural. A compreensão é a de que trazer o estudo da imprensa para o campo da História Social implica também em reconhecer o *hegemônico* como um processo em movimento no que põe em causa a disputa em torno do popular²⁸. Para Francisco Foot Hardman, podemos perceber a relação da imprensa com a formação da identidade política da classe operária:

“A consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência e a ideologia, mas concreta e materialmente, ela pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (sindicatos, jornais, uniões) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes e o Estado.”²⁹

Trata-se de entender a imprensa como parte constitutiva do social, que detém uma memória coletiva, historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe³⁰. Assim, constrói referenciais públicos de um passado que também é público, fazendo com que mesmo processos individuais assumam proporções maiores através do recurso de divulgação naqueles jornais. Esse parece ser o parecer de Cláudia Leal sobre a imprensa:

“Analisar um jornal proposto para uma categoria específica de trabalhadores é interessante para perceber como a iniciativa de fundar um periódico, para os anarquistas em geral e para os anarco-sindicalistas de forma mais acentuada, relacionava-se fortemente à tentativa de organização e agregação dos trabalhadores

²⁸ CRUZ; PEIXOTO, *Op. cit.*, pg. 268.

²⁹HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1984.

³⁰CRUZ; PEIXOTO, *Op. cit.*, pg. 258.

em torno de um veículo de comunicação que se arrogasse a tarefa de defendê-los e representá-los.”³¹

Também podemos citar Sílvia Magnani, quanto à importância do jornal para a cultura operária:

“Um impresso tinha por objetivo a divulgação de ideais políticos (artigos doutrinários) e a divulgação de uma cultura operária, não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e pela moral burguesa; propunha também a instauração de uma moral operária fundamentada na solidariedade humana e de classe.”³²

Nos atendo à perspectiva tecnicista do *fazer jornalístico*, os jornais operários tinham características bastante distintas daquelas presentes nos jornais publicados diariamente em nosso país, hoje e no passado. O processo de elaboração, confecção e divulgação dos impressos apresentavam muitas particularidades que iam desde os dinamismos eminentemente coletivos em todas as suas fases de confecção até o debate entre os interessados na iniciativa de sua veiculação, na sua composição e na busca de envolvimento efetivo dos leitores com os processos de feitura e manutenção do impresso.

Mais recentemente, Rogério Nascimento disserta, em sua tese, comentários sobre alguns jornais anarquistas do início do século XX e sobre as características desses escritos. Para ele, “*os impressos operários são campo de experimentos, de instauração de sociabilidades em processo de liberação como também de elaboração e sociabilização de saberes. Essas duas dimensões estão fortemente marcadas pela coletividade*”³³.

No que tange esta questão da coletividade, pode-se observar que a concepção de um jornal envolvia toda uma rede social ou grupos de afinidades, como menciona em sua dissertação Edilene Toledo³⁴, a respeito do jornal *O Amigo do Povo*, e Luigi Biondi³⁵, em sua *tese de láurea* a respeito do jornal *La Bataglia e Guerra Sociale*. Segundo estes autores, a base política do anarquismo no Brasil era a cooperação voluntária entre esses pequenos grupos distintos, espontaneamente constituídos. A maior parte desses grupos buscava,

³¹ LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, 1999.

³² MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang. *O Movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

³³ NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Indisciplina: experimentos libertários e emergências de saberes libertário no Brasil*. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

³⁴ TOLEDO, Edilene. *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1993.

³⁵ BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Dissertação de mestrado defendida junto ao departamento de "Storia Contemporanea" da Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 1993-1994.

sobretudo através da imprensa, dar aos trabalhadores a convicção de que sua desgraça constituía uma injustiça e que havia uma solução revolucionária. Muitas vezes esses grupos eram compostos por qualquer pessoa interessada em discutir as temáticas, ajudar na confecção dos jornais ou, simplesmente, ajudar no aporte financeiro dos jornais.

A criação de grupos de afinidade se deu a partir de interesses que desconsideravam barreiras e limites nacionais. A cultura que se constituiu na prática política cotidiana, em especial em torno dos jornais, determinou, em muitos aspectos, a formação de uma pauta de consenso mínimo entre os imigrantes e os nacionais anarquistas. Tal fenômeno, muito provavelmente, diferente em alguns aspectos dos congêneres no exterior, possibilitou a formação de uma *cultura compartilhada* absolutamente distinta, nos traços específicos, de qualquer outra entidade europeia com igual objetivo.

A formação desses grupos deu-se muito mais por necessidades sociais, e a identificação dos membros foi, na maioria das vezes, possibilitada pelo compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento estabelecidos não apenas por uma vivência anterior, mas, principalmente, por uma necessidade de ação conjunta no cotidiano. Estes fatos contribuíram para a formação das *fronteiras* sociais que reforçaram um mínimo de caráter identitário e a ideia de *pertencimento* entre os membros do grupo.

Dessa forma funcionavam os grupos de afinidade. Em torno de um objetivo comum e de parâmetros ideológicos bem definidos, as tarefas eram executadas levando os militantes a estabelecerem laços políticos e afetivos que possuíam desdobramentos diversos. No interior destes grupos eram estabelecidos acordos tácitos e estratégias comuns para a otimização de esforços e reflexão sobre os meios a serem empregados em determinadas tarefas, sobretudo na educação para a luta revolucionária.

Baseados nessas redes sociais no entorno do jornal, o libertário buscava sempre a conscientização e educação daqueles que liam e cooperavam com os jornais. Cláudia Leal afirma que os militantes:

“(…) tencionavam incentivar a leitura não apenas nos que desconheciam as ideias libertárias, nos 'estranhos à anarquia', mas também nos militantes e companheiros da ideia, que poderiam utilizar os textos e artigos para reforçar suas convicções ou esmo como sugestões de abordagens de propaganda.”³⁶

A educação para a transformação da sociedade, pretendida pelos militantes, tinha os jornais como aliados, uma vez que os libertários das primeiras décadas do século XX

³⁶ LEAL, *Op. cit.*, pag. 19.

possuíam uma visão ampla de educação, entendendo-se que seria possível realizá-la mediante a divulgação de informações, provocando debates e reflexões³⁷.

Assim, a imprensa libertária desempenhava o papel de principal meio de comunicação entre anarquistas, sindicalistas ou socialistas e entre eles e as classes trabalhadoras, as classes dominantes e a grande imprensa. Para Maitê Peixoto, na medida em que a iniciativa do militante se torna uma realidade, ela se faz notícia, informação; transforma em reflexão coletiva através da disseminação do periódico, também em ferramenta de sociabilidade, agrega elementos teóricos, sensíveis, que estimulam a informação e a educação do operariado³⁸.

Simultaneamente, os jornais das classes trabalhadoras são também um produto de uma luta social, resultado de um processo de negação da realidade vigente. Além de ser a fonte privilegiada para o estudo do movimento operário e para a própria caracterização da classe trabalhadora nos primórdios do regime republicano no Brasil, a imprensa operária torna-se uma possibilidade de conhecimento das iniciativas políticas dos trabalhadores do início da República.

No processo de pesquisa sobre a expansão e diversificação dos veículos impressos e grupos produtores, a renovação das linguagens e conformação de conteúdos, é possível perceber um movimento mais amplo de rearticulação das relações sociais no período. Analisar essas relações requer delinear um espaço de hesitações e dificuldades para o trabalho concreto de análise das fontes. Este conjunto de perspectivas e questões coloca-se muito mais como um horizonte de preocupações do que promessa de um roteiro a ser cumprido.

Sendo assim, adotando a visão de que tais questionamentos não encontram resolução no plano meramente conceitual, um dos caminhos que podemos percorrer como resposta a estes questionamentos é analisar as propostas delineadas neste ensaio sobre o estudo da imprensa operária como um espaço *orgânico*, um ambiente privilegiado de intelectualidade, e conforme cita Gramsci, formado pelos periódicos e as redes sociais dos leitores, jornalistas e assinantes, onde todo esse espaço compartilhado se torna parte do mundo transnacional do trabalho, do mundo da cultura operária, e como tal, deve ser encarado de maneira ampla, reconhecendo as multiplicidades e intencionalidades dos atores sociais em suas lutas por condições melhores de vida.

³⁷ OLIVEIRA, Walter da Silva. *Narrativas à luz d'"A Lanterna": anticlericalismo, anarquismo e representações*. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

³⁸ PEIXOTO, *Op. cit.*, pg. 312.

Referências:

Livros:

BARBERO, Jésus-Martin. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BATALHA, Cláudio. O movimento operário na primeira república. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

CRUZ, Heloísa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana: 1890-1915. São Paulo: EDUC, FAPESP. 2000.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1986.

FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa operária no Brasil. São Paulo: Ed. Atica, 1988.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b, vol. 2.

_____. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, vol. 4.

_____. Escritos políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2 (1921-1926).

HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1984.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2. ed. 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2000.

MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. O Movimento anarquista em São Paulo (1906-1917). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

PORTA, Paula (org.). História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954). Vol.3. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.

PRADO, Antônio Arnoni (org.). Libertários no Brasil: memórias, luta e cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 Ed.

_____. A Miséria da Teoria. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Edilene Terezinha. Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Ed. Unicamp, 2004

Capítulos:

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. Pp. 145-158.

FONTES, Virginia. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p 145-161.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: uma contribuição teórica de Gramsci. In: MORAES, Dênis (Org.). *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas Editora. 2010.

Artigos:

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história. X Encontro Estadual de História. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 26 a 30 de junho de 2010.

BARBOSA, Marialva; MOREL, Marcos. História da imprensa no Brasil: metodologia para o inventário 1808 – 2008”. *Jornal da Rede Alcar*, São Bernado do Campo, Ano 3, n.30, 2003.

BITTENCOURT, Ícaro. O operariado no Brasil da primeira república: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. *Revista Social e Humana*, Santa Maria, v. 20, n. 01, jan/jun 2007, 141-151.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

PEIXOTO, Maitê. A partilha da experiência visual vivenciada nas páginas do jornal A Plebe. *Revista Latino-Americana de História*. Vol.2, nº7. Setembro de 2013.

Dissertações e teses:

BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Dissertação de mestrado defendida junto ao departamento de "Storia Contemporanea" da Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 1993-1994.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, 1999.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Indisciplina: experimentos libertários e emergências de saberes libertário no Brasil*. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Walter da Silva. *Narrativas à luz de A Lanterna: anticlericalismo, anarquismo e representações*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2008.

TOLEDO, Edilene. *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1993.